

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 15 / XV / 1.ª SL

Aos cinco dias do mês de julho de 2022, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações Gerais
2. Audiência à Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses
3. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 92/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo português que promova a criação de um Tratado Internacional para os Oceanos e reforce a ambição nas metas de gestão e classificação das áreas marinhas protegidas
4. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução 104/XV/1.ª \(CH\)](#) - Pelo direito das crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes a um ensino de português de qualidade e gratuito no estrangeiro
5. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 110/XV/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo que considere a denúncia do Tratado da Carta de Energia
6. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 141/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Consagração do crime de ecocídio no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional
7. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 142/XV/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo que defenda o Ensino de Português como Língua Materna no Estrangeiro
8. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 143/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta o direito de acesso ao ensino de português no estrangeiro aos portugueses e lusodescendentes que residam no estrangeiro
9. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação de relatores:
 - [Projeto de Lei n.º 173/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Determina a realização de um estudo sobre renegociação ou perdão da dívida da Ucrânia a Portugal.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 15 / XV / 1.ª SL

- [Projeto de Lei n.º 154/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Gratuitidade do Ensino de Português no Estrangeiro (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto)
- [Projeto de Lei n.º 184/XV/1.ª \(CH\)](#) - Altera o decreto-lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, para promover um ensino de português de qualidade e gratuito no estrangeiro para as crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes.

[Projeto de Lei n.º 205/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Determina o fim da cobrança de propina/taxa de inscrição aos jovens portugueses e lusodescendentes que frequentem ou venham a frequentar o Ensino de Português no Estrangeiro, procedendo para o efeito à alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto.

- [Projeto de Lei n.º 152/XV/1.ª \(BE\)](#) - Eliminação da propina para o ensino de português no estrangeiro e garantia de gratuitidade dos manuais escolares adotados.

10. Aprovação de atas:

Assim, temos para votação as seguintes:

- n.º 07, de 25 de maio de 2022;
- n.º 10, de 08 de junho de 2022;
- n.º 11, de 14 de junho de 2022;
- n.º 12, de 21 de junho de 2022;
- n.º 13, de 29 de junho de 2022.

11. Outros assuntos

Iniciada a sessão, dirigida pelo Vice-Presidente da Comissão, Deputado Diogo Pacheco de Amorim, foi por si referido, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, que:

- No decurso do Colóquio sobre a extensão da plataforma continental, foi formulado um convite, pela Responsável da Estrutura de Missão, para a visita dos membros da Comissão às suas instalações em Paço d'Arcos, como forma de conhecer o trabalho desenvolvido por esta equipa e os meios ao seu dispor



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 15 / XV / 1.ª SL

para a execução do seu mandato. Importa, portanto, saber se os Senhores Deputados têm interesse em realizar esta visita, e se a mesma deve ser tentada antes da interrupção dos trabalhos, ou em setembro, aquando da retoma da atividade parlamentar.

Todos os Deputados, de forma unânime, decidiram remeter esta visita para o período pós-setembro.

- Foi solicitado pelo PCP o adiamento da apresentação e discussão em Comissão do seu PJR n.º 137/XV - *“Recomenda ao Governo que submeta à aprovação da Assembleia da República para ratificação o Tratado de Proibição das Armas Nucleares adotado pela Organização das Nações Unidas em 7 de julho de 2017.”* Neste seguimento, caberá agora ao PCP solicitar o reagendamento desta iniciativa.

Transitados para o **Ponto 2.**, teve lugar a audição da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses que, na ocasião, estiveram representados pelos seguintes elementos:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Embaixadora Rita Ferro;

Presidente da direção, Dr.ª Joana Gaspar;

Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Ricardo Pereira.

Tendo sublinhado a habitualidade desta audiência no contexto dos trabalhos da Comissão, e depois de ter explicado o modo de funcionamento da mesma, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Dr.ª Joana Gaspar para a sua intervenção inicial. Nesta, foi realçada a nova estrutura social e intelectual dos diplomatas portugueses, que tem vindo a conhecer fortes alterações nos últimos vinte anos, mormente em sede de formação académica de origem e experiências de vida, reflexo dos tempos presentes. Caracterizou, de seguida, a atividade da carreira diplomática, tendo realçado o facto de os subsídios de função permanecerem inalterados desde o início do século, produzindo desigualdades relativas entre postos sujeitos a condicionalismos, por vezes, bastante diferenciados. Ponto comum, porém, é o da necessidade de assegurar um seguro de saúde a todos os diplomatas em postos



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 15 / XV / 1.ª SL

exteriores, designadamente fora da União Europeia, onde se deparam, frequentemente, com condições de vida sofríveis. Realçou, ainda, a necessidade de prover um enquadramento diferenciado aos cônjuges dos diplomatas nos postos, tendo preconizado maior flexibilidade estatutária que habilite a um melhor aproveitamento da experiência e disponibilidade dos mesmos, ao serviço de Portugal.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Tiago Moreira de Sá (PSD), para saudar os convidados e reconhecer algumas matérias como tendo merecido já discussão interna no seu grupo parlamentar, designadamente, no que concerne a questões de segurança e dignidade da representação institucional do Estado. Referiu, ainda, que o PSD pretende apresentar proximamente algumas iniciativas sobre esta matéria, tendo realçado o princípio de que nos postos mais exigentes devem estar os diplomatas melhor preparados.

Paulo Pisco (PS), que igualmente saudou os convidados. Reconheceu a qualidade dos nossos diplomatas, essencial à afirmação dos interesses da política externa nacional. Perguntou se a Associação teria conhecimento de projetos de revisão do Estatuto da carreira.

Francisco Pimentel (PS) que, após ter saudado os convidados, deixou duas perguntas: se os diplomatas possuem tabela remuneratória própria; e se a reivindicação referida tem a ver, fundamentalmente, com abonos especiais inerentes à função.

Devolvida a palavra à Associação, a Dr.ª Joana Gaspar informou que a tabela remuneratória base é da Administração Pública e que a reivindicação que havia referido respeitava a abonos especiais de função. Salientou, ainda, ser praticamente impossível assegurar a representação com um representante diplomático, quando muito, auxiliado por um encarregado de negócios, para sublinhar a enorme descapitalização de recursos humanos diplomáticos na maioria dos postos. Sobre a revisão estatutária, referiu conhecer a existência de projetos de revisão estatutária, as quais, seja pela pandemia ou pelas dificuldades orçamentais, permanecem adormecidos., Terminou, sublinhando a essencialidade do aprofundamento do recurso aos novos meios tecnológicos como forma de auxiliar a atividade



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 15 / XV / 1.ª SL

diplomática, mormente ao nível consular, pois, não só facilitaria a vida dos cidadãos, por vezes residindo a grande distância da representação, como de libertar os diplomatas do peso burocrático de certas atividades.

Interveio seguidamente a Embaixadora Rita Ferro, tendo sublinhado a existência de certas particularidades na representação diplomática portuguesa no exterior, tendo dado os exemplos de Madrid e Luxemburgo, onde a forte comunidade portuguesa está bem enraizada e feliz, casos em que a diplomacia assegura um acompanhamento exemplar, que a própria testemunhou. Finalizou, confirmando que a questão estatutária é, presentemente, a mais importante para os diplomatas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença da Associação, deu por terminada a audiência e interrompeu a reunião para acompanhar os convidados.

Retomada a reunião, e no âmbito do **Ponto 3.**, pediu a palavra o Deputados Matos Fernandes (PS) para manifestar a intenção do PS em, conjuntamente com o PAN, poder rever alguns pontos desta iniciativa, tendo solicitado o adiamento da apresentação e discussão da mesma.

Tendo a sugestão colhido a anuência do PAN, através da Deputada Inês Sousa Real, então presente, ficou adiada a apresentação e discussão desta iniciativa para a próxima reunião.

No **Ponto 4.**, o Chega informou que pretende discutira sua iniciativa em Plenário.

No **Ponto 5.**, foi concedida a palavra ao Deputado Rui Tavares (L) para apresentação da sua iniciativa. Começou por recordar que o texto do Tratado da Carta da Energia remonta a 1994e que, por sua via, pretendeu a Europa assegurar o fornecimento de energias fósseis, não tendo obtido os efeitos inicialmente pensados e desejados. Perante os problemas evidenciados pelo Tratado, de res6to já amplamente a florados nesta Comissão, o Livre defende a modernização do



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 15 / XV / 1.ª SL

respetivo teor, adaptando-o às exigências da economia verde e das alterações climáticas, sendo que, a não ser possível tal desiderato, deve o Estado português adotar uma posição tendente a denunciar o referido Tratado, seja individual ou coletivamente, devendo neste caso promover as consultas jurídicas preliminares tendentes a tal finalidade.

Intervieram seguidamente os Deputados:

Matos Fernandes (PS), tendo referido que, tanto quanto se apercebe, Portugal não subscreveria este Tratado, caso tivesse de o fazer hoje. Relembrou que a 24 de junho foram dados importantes passos seio da União, no sentido de modernizar este Tratado, pelo que não pode acompanhar a intenção pretendida de promover a respetiva denúncia.

Rodrigo Saraiva (IL), para referir que, apesar de acompanhar muitas das preocupações que estão na base desta iniciativa, falta-lhe solidez e atualidade, se atendermos ao processo de revisão iniciado a 24 de junho, com alguns resultados conhecidos, antevendo-se a possibilidade e o interesse de Portugal em subscrevê-lo.

Tiago Moreira de Sá (PSD), para cumprimentar o Livre pela iniciativa, embora discorde da pretendida denúncia do Tratado, pelo que votará contra em Plenário.

Rui Tavares (L), para agradecer todas as anteriores intervenções, tendo declarado abertura para incorporar contributos suscetíveis de viabilizar a iniciativa em Plenário, tendo sublinhado a existência de pontos de interesse comuns, mas que divergem nos instrumentos a adotar.

Não se tendo registado demais intervenções, o Senhor Presidente deu por encerrada a discussão desta iniciativa.

No **Ponto 6.**, foi concedida a palavra à Deputada Inês Sousa Real (PAN) para apresentação da sua iniciativa. Referiu que esta iniciativa decorre da realização, recente, da Conferência dos Oceanos, onde se confirmou a existência de diversos ecossistemas em perigo, trazendo à evidência que a saúde do planeta e das pessoas são um e o mesmo problema e que os recursos não são infinitos. Assim se compreende, afirmou, o teor desta iniciativa, desenhada enquanto crime contra a



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 15 / XV / 1.ª SL

Humanidade e o planeta, aditamento um quinto tipo de crime aos já previstos no Estatuto de Roma. Defendeu, a finalizar, que Portugal, pelas suas próprias circunstâncias sociais e geográficas, deve estar na vanguarda desta iniciativa.

Interveio o Deputado Paulo Pisco (PS), tendo salientado a existência de dificuldades de natureza prática associadas a esta iniciativa, até pelo facto de a ordem jurídica nacional não possuir lastro técnico para avaliar a criação de semelhante tipo de crime, dificuldade que são igualmente sentidas pelo próprio Tribunal Penal Internacional.

Não se tendo registado demais intervenções, o Senhor Presidente deu por encerrada a discussão desta iniciativa.

No **Ponto 7.**, informou o Deputado Rui Tavares (L) que pretende apresentar e discutir esta iniciativa em Plenário.

No **Ponto 8.**, a Deputada Inês Sousa Real (PAN) informou que pretende apresentar e discutir esta iniciativa em Plenário.

No **Ponto 9.**, começou o Senhor Presidente por aludir ao caso particular do P JL 173/XV (PAN), o qual foi arrastado para a Sessão Plenária de dia 7 de julho. A Comissão competente para elaboração de Relatório é a 5.ª (Orçamento e Finanças), sendo Relator o Deputado Miguel Iglésias que também pertence à nossa Comissão. Assim, dada a constrição temporal em presença, o facto de se tratar de competência por conexão, e existir Relator que é membro de ambas as Comissões envolvidas, entendeu desnecessária a indigitação de Relator pela Comissão, dando assim o procedimento por naturalmente resolvido.

Todos os Deputados presentes concordaram com o procedimento proposto (exceção de PCP e BE que não estiveram presentes).

Quanto às restantes iniciativas, foram indigitados:

A Deputada Natalie Oliveira (PS) – P JL´s ns.º 154/XV e 205/XV;



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 15 / XV / 1.ª SL

O Deputado Maló de Abreu (PSD) – P.J.L.'s ns.º 152/XV e 184/XV.

Finalmente, no **Ponto 10.**, o senhor Presidente começou por anunciar que, contrariamente ao teor do rol de atas a votar, constantes da OD, verificou-se que as atas números 8, de 31 de maio de 2022, e 9, de 07 de junho de 2022, haviam já sido aprovadas na pretérita reunião de 21 de junho, pelo que foram retiradas.

Quanto às restantes atas, foram sumariamente lidas, tendo sido unanimemente acolhida a sugestão do Deputado Paulo Pisco (PS), no sentido de que todas as atas fossem votadas em conjunto, mas condicionalmente, por não ter havido tempo de avaliar consentaneamente o respetivo teor.

Assim, todas as atas foram aprovadas por unanimidade dos presentes (ausências de PCP e BE), na condição de posterior ratificação.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada pelas dezasseis horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata.

Palácio de São Bento, 5 de julho de 2022.

O PRESIDENTE (em exercício)

(Diogo Pacheco de Amorim)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 15 / XV / 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
António Caracol (PS)
Cláudia Santos (PS)
Francisco César (PS)
João Pedro Matos Fernandes (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Natália Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Francisco Pimentel (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Carla Madureira (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Paulo Ramalho (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eunice Pratas (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Pedro Roque (PSD)
José Moura Soeiro (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Paula Santos (PCP)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 19 de julho de 2022